

Califórnia Infraestrutura Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas findos em 31 de dezembro
de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
Califórnia Infraestrutura Holding S.A.**

Sertãozinho - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (“Companhia”), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Ribeirão Preto, 27 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP293539/O-8

Califórnia Infraestrutura Holding S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	-	528.123	411.869
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	69.964	40.304
Contas a receber	5	-	-	62.253	55.261
Contas a receber de partes relacionadas	15	-	-	20	2
Estoques	6	-	-	9.844	16.456
Impostos a recuperar	7.1	-	-	20	19
Adiantamento a fornecedores		-	-	800	1.804
Despesas antecipadas		-	-	4.202	4.365
Outros ativos		-	-	5.519	5.454
Total do ativo circulante		-	-	680.745	535.534
NÃO CIRCULANTE					
Outros ativos		-	-	1.524	289
Contas a receber de partes relacionadas	16	280.000	280.000	280.000	280.000
Impostos a recuperar	7.1	-	-	25.952	10.239
Impostos diferidos	8	-	-	248.804	268.938
		280.000	280.000	556.280	559.466
Imobilizado	9	-	-	13.280	12.296
Intangível	10	-	-	4.193.994	4.271.155
Infraestrutura em andamento	10	-	-	1.188.253	383.348
Investimento	11	1.827.191	1.912.452	-	-
Total do ativo realizável ao longo prazo		2.107.191	2.192.452	5.951.807	5.226.265
TOTAL DO ATIVO		2.107.191	2.192.452	6.632.550	5.761.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	13	-	-	130.586	50.808
Debêntures	15	-	-	162.072	678
Credor pela concessão	14	-	-	2.359	1.892
Adiantamento de clientes		-	-	5.182	5.007
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	12.893	12.292
Impostos, taxas e contribuições	7.2	-	-	17.103	12.629
Outros contas a pagar		-	-	1.853	190
Contas a pagar com partes relacionadas	16	-	-	291.533	297.596
Passivo de arrendamento	18	-	-	8.288	1.064
Provisão para manutenção	17	-	-	95.012	37.677
Total do passivo circulante		-	-	726.881	419.833
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	15	-	-	4.832.810	3.045.615
Debêntures a pagar	12	1.051.486	-	-	-
Provisão para manutenção	17	-	-	89.188	217.618
Passivo de arrendamento	18	-	-	9.511	4.533
Passivo fiscal diferido	8	621.245	650.234	621.245	650.234
Provisão para perdas em investimentos	11	141.063	182.711	-	-
Provisão para riscos	19	-	-	59.518	64.459
Total do passivo não circulante		1.813.794	832.945	5.612.272	3.982.459
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	20	408.084	1.408.084	408.084	1.408.084
Prejuízos acumulados		(114.687)	(48.577)	(114.687)	(48.577)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		293.397	1.359.507	293.397	1.359.507
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		2.107.191	2.192.452	6.632.550	5.761.799

Califórnia Infraestrutura Holding S.A.

Demonstrações do resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	21	-	-	1.779.661	949.087
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	-	-	(1.289.935)	(586.343)
LUCRO BRUTO		-	-	489.726	362.744
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas operacionais	22	(85.262)	(85.262)	(141.674)	(74.908)
Outras despesas	22	-	-	(2.486)	(2.945)
Outras receitas operacionais líquidas		-	-	2.620	481
Resultado de equivalência patrimonial	11c	41.648	13.832	-	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(43.614)	(71.430)	348.186	285.372
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	-	-	128.272	48.101
Despesas financeiras	23	(51.486)	-	(551.424)	(390.855)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		(51.486)	-	(423.152)	(342.754)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(95.100)	(71.430)	(74.966)	(57.382)
IMPOSTO CORRENTE	8	-	-	-	(12.126)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	8	28.989	28.989	8.855	27.067
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(66.111)	(42.441)	(66.111)	(42.441)
PREJUÍZO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO		(0,16)	(0,03)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Califórnia Infraestrutura Holding S.A.**Demonstrações do resultado abrangente**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(66.111)	(42.441)	(66.111)	(42.441)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(66.111)</u>	<u>(42.441)</u>	<u>(66.111)</u>	<u>(42.441)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Califórnia Infraestrutura Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social Subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>1.408.084</u>	<u>(6.135)</u>	<u>1.401.949</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(42.441)</u>	<u>(42.441)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>1.408.084</u>	<u>(48.576)</u>	<u>1.359.508</u>
Redução de capital	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(66.111)</u>	<u>(66.111)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	<u>408.084</u>	<u>(114.687)</u>	<u>293.397</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Califórnia Infraestrutura Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(66.111)	(42.441)	(66.111)	(42.441)
Ajustes:					
Depreciação e amortização	22	85.262	85.262	217.864	200.344
Valor líquido do intangível e imobilizado baixado		-	-	49	(403)
Provisão manutenção	17	-	-	13.880	26.309
Provisão para riscos		-	-	21.846	27.529
Juros com partes relacionadas	12	51.486	-	-	-
Apropriação do custo de emissão da debêntures		-	-	8.732	6.693
Encargos financeiros e variação monetária sobre as debêntures	15	-	-	457.329	378.817
Receita financeira de títulos e valores mobiliários		-	-	(19.165)	(13.480)
Juros sobre contratos de arrendamento	18	-	-	1.005	349
Impostos corrente	8	-	-	-	12.126
Impostos diferidos	8	(28.989)	(28.989)	(8.855)	(27.067)
Resultado equivalência patrimonial	11c	(41.648)	(13.832)	-	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(7.010)	(5.062)
Estoques		-	-	6.612	(6.757)
Impostos a recuperar		-	-	(15.714)	(7.745)
Adiantamento a fornecedores		-	-	1.004	618
Despesas antecipadas		-	-	163	(1.066)
Outros ativos		-	-	(1.300)	(462)
Fornecedores		-	-	(51.871)	(43.852)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	602	885
Credor pela concessão - outorga variável		-	-	467	189
Impostos, taxas e contribuições		-	-	4.474	1.081
IRPJ e CSLL pagos no exercício		-	-	-	(11.116)
Provisão para riscos processuais		-	-	(26.787)	(16.907)
Adiantamento a clientes		-	-	175	-
Outras contas a pagar		-	-	1.663	(1.311)
Juros pagos debêntures	15	-	-	(102.781)	(99.076)
Juros dos contratos de arrendamento mercantil pago	18	-	-	(1.005)	(349)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		-	-	435.266	377.846
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(10.495)	6.243
Aquisições de imobilizado	9	-	-	(4.338)	(4.087)
Aquisição de intangível	28	-	-	(884.364)	(258.596)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-	(899.197)	(256.440)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Redução de capital	20	(1.000.000)	-	(1.000.000)	-
Captação de debêntures, líquido do custo de captação	12	1.000.000	-	1.589.038	-
Pagamento de debêntures, líquido do custo de captação	15	-	-	(3.729)	(3.580)
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	18	-	-	(5.124)	(2.982)
Pagamento (juros) dos contratos de arrendamento mercantil	18	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	-	580.185	(6.562)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	-	116.254	114.843
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-	411.869	297.025
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	-	528.123	411.869
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	-	116.254	114.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (“Califórnia” ou “Companhia”), constituída em 24 de agosto de 2022, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Essas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (“Grupo”). As subsidiárias, conforme apresentado no tópico 1.1, passaram a ser controladas da Companhia no momento que foram dadas como parte do aporte de capital, conforme nota explicativa nº 19, desta forma o resultado das operações apresentada nesta compreende o balancete de 10 de maio de 2023 (“Saldos iniciais”).

1.1 Relação de entidades controladas e controladas indireta.

		<u>Participação acionária %</u>	<u>Participação acionária %</u>
	Relação	2025	2024
	Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (a)	100%	100%
	Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (b)	100%	100%
	Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (c)	100%	100%

a. A Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (“IIP”) (Controlada)

A Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (“IIP”), constituída em 22 de março de 2019, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, com sócia ou acionista.

b. Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (“IIP II”) (Controlada indireta)

A Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (“IIP II”), constituída em 8 de fevereiro de 2017, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A IIP II tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A..

c. Entrevias Concessionária de Rodovias S.A (“Entrevias”) (Controlada indireta)

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Entrevias”), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 4 de outubro de 2016. A Entrevias não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A Entrevias tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 28 Florínia - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários. A Entrevias está localizada na Rodovia Atílio Baldo SP 322, Km 327,500, Pista Leste, S/N - Sertãozinho - SP.

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, do sistema rodoviário constituído

pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Entrevias assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa totalizou R\$1.376.512 e foi paga em 2 parcelas, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. A outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado, conforme Termo aditivo 01/2021.

A data de início da operação do trecho existente se deu em 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível da Investida. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Investida tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos: o contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$3.972.202 ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$985.752 para obras de ampliação, R\$1.917.461 na restauração de rodovias, R\$615.847 em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio ("Wi-Fi") para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão

Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o referido aditivo, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais.

Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado.

A Entrevias ressalta que tais medidas poderão ser objeto de ajustes futuros, caso seja aplicável para assegurar o reequilíbrio por fluxo de caixa marginal, nos termos previstos no Contrato de Concessão.

Termo Aditivo 02/2022 ao Contrato de Concessão

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo coletivo nº 02/2022 ARTESP - PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

Pleito de reequilíbrio por acréscimo de investimentos

O pleito de acréscimo de investimentos, formulado pela concessionária Entrevias, relativo às obras de Conservação Especial do Pavimento das Rodovias SP 322, SP 328 e SP 330 – tem em vista a degradação precoce de 302 segmentos homogêneos do pavimento, em relação ao que era previsto no contrato da extinta concessionária Vianorte S.A., em termos de Vida Útil Remanescente do Sistema, e por consequência, refletido no próprio Estudo de Viabilidade, EVTEA e POI.

No dia 27 de dezembro de 2024, em deliberação do processo SEI! nº 134.00029248/2024-77, o Conselho Diretor da ARTESP recomendou o acréscimo de investimento e reconheceu seu efeito de desequilíbrio econômico-financeiro, em Valor Presente Líquido (VPL), a valores de março de 2016 e considerando a TIR contratual 9,83% a.a., de um montante de R\$49.273 a ser reequilibrado em favor da Entrevias. Esse valor, atualizado para o 8º ano contratual e a preços de julho de 2024, equivale a R\$156.722.

Nos termos do Despacho 0071147222, a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo determinou a aplicação de medida cautelar de mitigação de desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão nº0352/ARTESP/2017 (SEI 0051217654), nos termos do artigo 2º, inc. III, alíneas “f” e “e” da Resolução SPI19/2023, consistente em (i) acréscimo de R\$0,10 (dez centavos) ao valor da tarifa de pedágio e (ii) pagamento de indenização no valor de R\$60.000, base julho/2024.

O pagamento da indenização foi efetuado em 25 de junho de 2025. O montante estava reconhecido em infraestrutura em construção e a parte que seria recebida em caixa foi transferida para ativo financeiro e baixada após o recebimento. O saldo remanescente que ficou em infraestrutura em construção será transferido para ativo intangível e sua amortização será iniciada.

O acréscimo de R\$0,10 ao valor da tarifa de pedágio foi aplicado juntamente com o reajuste tarifário anual, a partir de 06 de julho de 2025, com vigência até a recomposição do impacto econômico-financeiro já apurado do evento de desequilíbrio.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que representa a primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária. O novo modelo estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estruturado em duas competências (“IVA dual”): Federal, por meio da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Subnacional, por meio do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esses tributos substituirão PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme regulamentação complementar.

O período de transição ocorrerá de 2026 a 2032, durante o qual o sistema tributário atual coexistirá com o novo regime. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser avaliados com efetividade após a conclusão da regulamentação dos temas ainda pendentes por Lei Complementar.

A Entrevias tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A..

Risco de liquidez e gestão de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu um prejuízo de R\$66.111 (em 31 de dezembro de 2024 reconheceu um prejuízo de R\$42.441), e nesta data, apresentou um capital circulante líquido no consolidado é negativo em R\$46.137 e positivo (R\$115.701 em 2024) Este impacto está diretamente relacionado à redução de capital no montante de R\$280.000 a ser pago a sua única acionista, Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., cuja liquidação será realizada mediante disponibilidade de caixa e caso necessário, mediante a captação de recursos com terceiros, sendo não exigido pelos seus acionistas antes disso.

2 Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de maio de 2026.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo

exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 17;
- (b) Provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 19; e
- (c) Elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração do Grupo, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – notas explicativas nº 09 e 10.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) *Julgamentos*

As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, o Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração do Grupo avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

O Grupo reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O Grupo reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando o Grupo contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração do Grupo avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 21.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da

infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 17.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O Grupo reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 19.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

O Grupo determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais

de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

2.5 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas".

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

(ii) Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Grupo.

(iii) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

(iv) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “impairment”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 09 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(v) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

O Grupo revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, o Grupo não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(vi) Intangível

O Grupo quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até

o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(vii) *Fornecedores e outras contas a pagar*

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(viii) *Credor pela concessão*

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

(ix) *Provisões*

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(x) *Provisão para manutenção*

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2025. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

(xi) *Provisão para riscos processuais*

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(xii) *Debêntures a pagar - partes relacionadas*

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração

do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pelo Grupo como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

(xiii) Custos com debêntures

Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicas e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificadas para capitalização.

Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

(xiv) Debêntures a receber - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

(xv) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e

não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa

contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- O Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(xvi) Prejuízo/Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro/prejuízo básico por ação é feito por meio da divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores do Grupo, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

(xvii) Reconhecimento de receita

a. Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b. Receitas de construção

O Grupo contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão.

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. O Grupo estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

c. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

(xviii) Informação por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo, regularmente revisados pela diretoria da Administração do Grupo, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, o Grupo classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão do Grupo é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias.

(xix) Benefícios a empregados

O Grupo concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação, com base em regime de competência.

a. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

O Grupo não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

(xx) *Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2)*

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

(xxi) Base de consolidação

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(a) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras do Grupo e de suas controladas mencionadas nas notas explicativas nº 1. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado.
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

(xxii) Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(a) IFRS 18 / CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 / CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs.

O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

(b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa	1.083	1.858
Bancos	1.173	1.554
Aplicações financeiras (i)	525.867	408.457
Total	528.123	411.869

- (i) Referem-se a CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

4 Aplicações financeiras vinculadas

Refere-se à aplicação financeira restrita investida em fundo sujeito à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2025. A aplicação é destinada a atender determinadas obrigações contratuais, de curto prazo, relacionadas à 2ª emissão de debêntures (vide nota explicativa nº 15).

	Consolidado	
	2025	2024
Aplicação financeira - FIC Ref. DI	69.964	40.304
Total	69.964	40.304

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

5 Contas a receber

Estão representadas por:

	Consolidado	
	2025	2024
Pedágio eletrônico a receber (*)	60.723	53.758
Receitas acessórias a receber	1.530	1.503
Total	62.253	55.261
A vencer	62.253	55.261
Vencidos	-	-
Total	62.253	55.261

- (*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

O Grupo avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido), e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração do Grupo não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2025. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 24.

6 Estoque

	Consolidado	
	2025	2024
Material para Pavimentação	2.235	9.303
Elementos de Proteção e Segurança	3.986	1.881
Material de Sinalização	2.166	3.172
Outros	1.457	2.100
Total	9.844	16.456

7 Impostos

7.1 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF retido sobre aplicações financeiras	25.942	5.933
Antecipações do imposto de renda e contribuição social sobre estimativa	15	4.117
Outros	15	208
Total	25.972	10.258
Circulante	20	19
Não circulante	25.952	10.239

7.2 Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado	
	2025	2024
COFINS a recolher	6.360	5.453
PIS a recolher	1.154	994
ISS a recolher	7.262	4.545
Outros impostos a recolher	2.327	1.637
Total	17.103	12.629

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora				
		Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
	Saldos iniciais líquidos	Reconhecido contra o Resultado	Reconhecido contra o Resultado	Passivo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido
Imposto de renda diferido sobre mais valia	-	21.315	21.315	451.880	478.113
Contribuição social diferida sobre mais valia	(697.800)	7.674	7.674	169.365	172.121
Total	(697.800)	28.989	28.989	(621.245)	(650.234)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	157.214	150.793	-	-	6.421	(5.240)
Provisão para manutenção	62.978	87.150	-	-	(24.173)	(3.899)
Provisão para riscos processuais	28.964	30.644	-	-	(1.680)	9.583
Outras diferenças temporárias	(351)	351	-	-	(702)	(2.366)
Imposto fiscal diferido sobre Mais valia	-	-	(630.908)	(650.234)	19.325	28.989
Total	248.804	268.938	(630.908)	(650.234)	(809)	27.067

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo (Lucro) do exercício antes de IR e CSLL	(95.100)	(71.430)	(74.966)	(57.382)
Taxa de impostos	34%	34%	34%	34%
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	32.334	24.286	25.488	19.510
Equivalência patrimonial	(3.345)	4.703	(16.633)	-
Demais efeitos permanentes	-	-	-	(4.569)
Total	<u>28.989</u>	<u>28.989</u>	<u>8.855</u>	<u>14.941</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(12.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.989	28.989	8.855	27.067
Total	<u>28.989</u>	<u>28.989</u>	<u>8.855</u>	<u>14.941</u>
Alíquota efetiva	20%	34%	1%	26%

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pelo Grupo, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados do Grupo. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual o Grupo está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que o Grupo atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. Parte relevante do trecho sob concessão da Entrevias

Concessionária de Rodovias S.A. vem de um histórico de concessão rodoviária de aproximadamente 20 anos, período que fora analisado para construção das projeções do plano de negócios do Grupo e contribui, atualmente, com mais de dois terços da arrecadação auferida pelo Grupo. Trata-se do trecho denominado como remanescente, cujas praças de pedágio são localizadas em Sertãozinho, Pitangueiras, Sales Oliveira e Ituverava.

As outras quatro praças de pedágio, pertencentes ao trecho existente, localizadas em Pongai, Marília, Echaporã e Florínea, tiveram seus estudos de tráfego baseados em contagem de veículos antes do início da operação. O tráfego efetivo observado ao longo do exercício de 2025 apresentou-se aderente aos volumes levantados nos estudos prévios.

9 Imobilizado

Consolidado

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.711	1.170	6.526	7.907	230	8.472	338	2.801	29.156
Adições	28	19	100	3.863	-	-	1	327	4.338
Transferências/reclassificações (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.739	1.189	6.626	11.770	230	8.472	339	3.128	33.493
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(711)	(633)	(3.078)	(5.747)	(222)	(5.980)	(85)	(405)	(16.860)
Adições	(121)	(121)	(662)	(1.236)	(8)	(1.069)	(25)	(110)	(3.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(832)	(754)	(3.740)	(6.983)	(230)	(7.049)	(110)	(515)	(20.213)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.000	537	3.448	2.160	8	2.492	253	2.396	12.296
Saldo em 31 de dezembro de 2025	907	435	2.886	4.787	0	1.423	229	2.613	13.280
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	20	4	4	

Califórnia Infraestrutura Holding S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas findos em 31 de dezembro de 2025

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Consolidado									
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.165	1.169	5.522	7.480	230	6.319	283	2.410	25.069
Adições	56	1	1.004	427	-	2.153	55	391	4.087
Transferências/reclassificações (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.711	1.170	6.526	7.907	230	8.472	338	2.801	29.156
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(590)	(515)	(2.450)	(4.586)	(214)	(4.254)	(62)	(320)	(12.990)
Adições	(121)	(118)	(628)	(1.161)	(8)	(1.726)	(23)	(85)	(3.870)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(711)	(633)	(3.078)	(5.747)	(222)	(5.980)	(85)	(405)	(16.860)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.065	654	3.073	2.894	16	2.065	222	2.090	12.078
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.000	537	3.448	2.160	8	2.492	253	2.396	12.296
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	-

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

Em 31 de dezembro de 2025, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures ou de processos de qualquer natureza.

10 Intangível e infraestrutura em andamento

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de uso - CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção(iv)	Total – infraestrutura em construção
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.475.022	1.376.512	12.093	12.691	2.876.318	72.410	310.938	383.348
Adições	115.110	-	4.654	17.325	137.089	-	868.503	868.503
Alienações/baixas	(52)	-	-	-	(52)	-	-	-
Transferências (*)	298	-	10	-	308	(63.290)	(308)	(63.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.590.378	1.376.512	16.757	30.016	3.013.663	9.120	1.179.133	1.188.253
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(180.485)	(331.278)	(1.644)	(4.207)	(517.614)	-	-	-
Adições	(77.486)	(45.887)	(547)	(5.329)	(129.249)	-	-	-
Alienações/baixas	3	-	-	-	3	-	-	-
	(							
Saldo em 31 de dezembro de 2025	257.968)	(377.165)	(2.191)	(9.536)	(646.860)	-	-	-
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.294.537	1.045.233	10.449	8.484	2.358.704	72.410	310.938	383.348
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.332.410	999.347	14.566	20.480	2.366.803	9.120	1.179.133	1.188.253
Taxas anuais de amortização - %								

Califórnia Infraestrutura Holding S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas findos em 31 de dezembro de 2025

Consolidado	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Mais valia (iv)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção(v)	Total – infraestrutura em construção
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	801.945	1.376.512	9.221	8.329	2.052.353	4.248.360	2.486	772.451	774.937
Adições	73.986	-	2.608	6.012	-	82.606	70.327	137.842	208.169
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	(403)	-	(403)
Remensuração	-	-	-	(1.650)	-	(1.650)	-	-	-
Transferências (*)	599.091	-	264	-	-	599.355	-	(599.355)	(599.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.475.022	1.376.512	12.093	12.691	2.052.353	4.928.671	72.410	310.938	383.348
Amortização acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(118.535)	(285.391)	(1.235)	(1.242)	(54.639)	(461.042)	-	-	-
Adições	(61.950)	(45.887)	(409)	(2.965)	(85.262)	(196.473)	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(180.485)	(331.278)	(1.644)	(4.207)	(139.901)	(657.515)	-	-	-
Saldo líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	683.410	1.091.121	7.986	7.087	1.789.604	3.787.318	2.486	772.451	774.937
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.294.537	1.045.234	10.449	8.484	2.358.704	4.271.156	72.410	310.938	383.348
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)			-	-	

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

(a) O contrato de concessão e o saldo de capitalização de juros sobre debêntures são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O Direito de uso – CPC 06 (R2) é amortizado conforme tempo de contrato.

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

(ii) Vide nota explicativa nº 1.1.

(iii) Saldos relacionados às operações de arrendamento do Grupo, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 2 e 10 anos. O Grupo avalia, no início de cada arrendamento, se é razoavelmente certo que estas opções de extensão serão exercidas e reavalia tal conclusão em caso de ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

(iv) Conforme nota explicativa 11, a Mais valia é reflexo da transação de aporte de capital a partir de bens, feita na Companhia na obtenção do controle da subsidiária IIP S.A., no dia 10 de maio de 2023. A Mais valia será amortizada pelo prazo remanescente da concessão.

(v) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política do Grupo é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Análise de impairment

De acordo com o CPC 01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os cálculos do valor e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos.

11 Investimentos

O Grupo tem como seu objeto social a participação em outras sociedades, como controladora. Em 10 de maio de 2023, seu capital foi totalmente subscrito e integralizado mediante a transferência de 100% das ações de emissão da Infraestrutura, Investimentos e Participações S.A., por ambas as acionistas, Pátria III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Com a cessão do controle realizada pelas duas acionistas, o Grupo passou a ser detentora de 100% das ações da subsidiária Infraestrutura, Investimentos e Participações S.A.

Para fins de aumento do capital social do Grupo, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de maio de 2024, a emissão de 1.408.084 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de um real. Assim, o capital social passou a ser de R\$1.408.084 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.408.084 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de maio de 2025, foi aprovada a redução do capital social subscrito da Companhia no montante de R\$1.000.000 (um bilhão de reais). Em decorrência dessa deliberação, o capital social passará de R\$1.408.084 para R\$408.084, passando a ser representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo tinha como subsidiária integral a Companhia Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. mediante um capital social de R\$955.950.

(a) Composição – (Controladora):

Investimentos em controlada direta – Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.

	2025	2024
Capital social	955.950	955.950
Participação societária	100%	100%
Patrimônio líquido	(141.063)	(182.710)

- (b) Informações sobre investimentos em subsidiárias diretas de 31 de dezembro de 2025 – (Controlada):

	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Capital social	Resultado	Resultado de equivalência	Investimento
Infraestrutura Investimento e Participações S.A.	280.001	421.064	(141.063)	955.950	41.648	41.648	(141.063)

- (c) Informações sobre investimentos em subsidiárias diretas de 31 de dezembro de 2024 – (Controlada):

	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Capital social	Resultado	Resultado de equivalência	Investimento
Infraestrutura Investimento e Participações S.A.	280.001	462.711	(182.711)	955.950	13.832	13.832	(182.711)

- (d) Informações sobre investimentos em subsidiárias diretas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 – (Controladora):

Controladora				
	Saldo em 2024	Mais valia	Equivalência patrimonial	Saldo em 2025
Provisão para perdas em investimentos (i)	(182.711)		41.648	(141.063)
Mais valia	1.912.452	-	(85.262)	1.827.191
Total	1.729.741	-	(43.614)	1.686.127
Controladora				
	Saldo em 2023	Mais valia	Equivalência patrimonial	Saldo em 2024
Provisão para perdas em investimentos (i)	(196.543)		13.832	(182.711)
Mais valia	1.997.714	-	(85.262)	1.912.452
Total	1.801.171	-	(71.430)	1.729.741

- (i) Refere-se a patrimônio líquido negativo da controlada no final do exercício.

12 Debêntures a pagar

Em 01 de setembro de 2025, a Califórnia Infraestrutura Holding S.A. realizou a emissão de debêntures não conversíveis, mediante a celebração da “Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, que foi adquirida pela Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. O montante total da emissão das debêntures foi de R\$1.000.000, as quais são remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 1% ao ano, com vencimento em 30 de junho de 2037.

	Saldo em 01/09/2025	Juros	Saldo em 31/12/2025
Debêntures não conversíveis	1.000.000	51.486	1.051.486
Total	1.000.000	51.486	1.051.486

13 Fornecedores

	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores de obras	81.639	38.765
Fornecedores operacionais	6.412	3.001
Fornecedores de tecnologia	2.598	1.712
Fornecedores provisão	3.463	3.901
Fornecedores diversos	36.474	3.429
Total	130.586	50.808

14 Credor pela concessão

	Consolidado	
	2025	2024
Taxa de fiscalização	2.359	1.892
Total (*)	2.359	1.892

(*) Refere-se ao valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. Conforme nota explicativa nº 13(a) a outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado como efeito produzido pelo Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão.

15 Debêntures – consolidado

1ª Emissão - partes relacionadas

Em 10 de maio de 2017, O Grupo (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III – Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”). O montante total da emissão foi de R\$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures.

Conversibilidade das debêntures – as debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R\$100.000 (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas

(receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de “*impairment*” de ativos; e (f) de eventuais custos não caixa).

No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$11.509, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R\$10.000; e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.

O 1º aditamento à escritura desta 1ª Emissão, celebrado em 27 de fevereiro de 2018, teve como objeto torná-la subordinada, júnior e sujeita ao pagamento prévio de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior (2ª Emissão).

Em 10 de maio de 2023, em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, os Controladores Indiretos alienaram à VINCI ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

Em 20 de outubro de 2025, em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, os Acionistas Minoritários Indiretos alienaram ao NY FIP (“GIC”) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 45% (quarenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

2ª Emissão

Em 15 de fevereiro de 2018, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto ao mercado.

O montante total da emissão foi de R\$1.000.000, as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 7,75% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento da segunda parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP – Agência

Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (e aos gastos operacionais).

Estão classificados no passivo circulante os juros e 11% do principal da dívida bem como suas atualizações monetárias com previsão de pagamento no dia 15 do mês de dezembro de 2026.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) realizar qualquer pagamentos aos acionista até 30 de junho de 2030, exceto o valor individual ou agregado de até R\$20.000 (vinte milhões de reais) por ano, a ser atualizado pela variação do IPCA no período, conforme termos do “*Contrato de Prestação de Serviços Técnicos e de Administração*” celebrados entre a Companhia e seus acionistas indiretos; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira, exceto a captação de recursos via 3º emissão de debêntures, conforme anuência prévia concedida em Assembleia Geral de Debenturistas em 17 de abril de 2025; (vii) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Conforme anuência prévia concedida pelos debenturistas em AGD de 17 de abril de 2025, os novos índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações contábeis intermediárias e do encerramento do exercício da Companhia:

(a) para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2029 (inclusive): EBITDA subtraído de Tributos e Variação de Capital de Giro e CAPEX, acrescido de Receitas Financeiras e Aporte de Capital e de Posição Realizada de Caixa/Amortização(ões) de Principal acrescido de Pagamento de Juros igual ou superior a 1,1x (um inteiro e um décimo de vezes); para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2029: Relação Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a:

Exercício	Relação
2025	6.50x
2026	6.00x
2027	6.00x
2028	5.00x
2029	5.00x

3ª Emissão

Em 29 de agosto de 2025, foi realizada a 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2036. As debêntures foram captadas junto ao mercado.

O montante total da emissão foi de R\$1.640.000, as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 8,0389% ao ano, e os recursos foram destinados à aquisição das debêntures emitidas pela Califórnia Infraestrutura Holding S.A. no valor de R\$1.000.000, e ao reforço da posição de caixa.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) se a Emissora realizar quaisquer pagamentos aos seus acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a Data de Emissão (inclusive) e 31 de dezembro de 2029, exceto os pagamentos relativos a contratos de prestação de serviços no valor individual ou agregado de até R\$20.000 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas por ano, sendo esse valor atualizado pela variação do IPCA no período, incluindo, sem limitação, no âmbito do “*Contrato de Prestação de Serviços Técnicos e de Administração*”; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira; (vii) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$70.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada ; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Os índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações contábeis intermediárias e do encerramento do exercício da Companhia:

Para o período compreendido entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2029 (inclusive), relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX, acrescido de receitas financeiras e aporte de capital e de posição realizada de caixa/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior a 1,1x.

Para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2030 (exclusive) e a data de vencimento final, relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX e acrescido de receitas financeiras e aporte de capital/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior 1,1x.

Durante toda a vigência das debêntures, relação dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a

- (i) 2024: 6.50x
- (ii) 2025: 6.50x
- (iii) 2026: 6.00x
- (iv) 2027: 6.00x
- (v) 2028: 5.00x
- (vi) 2029: 5.00x
- (vii) 2030 em diante: 5.00x

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Principal (incluindo atualização monetária)	4.041.859	2.290.736
Remuneração (juros)	1.029.273	789.575
Custos de captação	(76.250)	(34.018)
Total	4.994.882	3.046.293
1ª Emissão de debentures (NE 16)	2.038.076	1.798.395
2ª Emissão de debentures	1.334.602	1.281.916
3ª Emissão de debentures	1.698.454	-
Custos de captação	(76.250)	(34.018)
Circulante	162.072	678
Não circulante	4.832.810	3.045.615

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2025:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adição	Juros e atualização monetária	Custo de Captação (adição)	Custo de Captação (baixa)	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2025
Debêntures	3.046.293	1.640.000	457.329	(50.962)	8.732	(3.729)	(102.781)	4.994.882

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2024:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adição	Juros e atualização monetária	Custo de Captação (adição)	Custo de Captação (baixa)	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2024
Debêntures	2.763.439	-	378.817	-	6.693	(3.580)	(99.076)	3.046.293
						31/12/2025		31/12/2024
Vencimento longo prazo								
2026						-		154.286
2027						159.490		241.939
2028 em diante						4.673.320		2.649.390
Total longo prazo						4.832.810		3.045.615

16 Partes relacionadas

Controlador e Controlador final

O Grupo tem como controladoras NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC e a Vinci Highways do Brasil – Participações S.A..

Remuneração dos Administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores do Grupo para o exercício de 2025 e 2024 em até R\$8.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2025, foram pagos R\$4.882 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Transações com partes relacionadas

Contas a receber:

Parte relacionada - Controlada	Transação	Relação	Ativo não circulante	
			2025	2024
Infraestrutura Investimento e Participações S.A.	Redução de capital	Controlada	280.000	280.000
Parte relacionada (controladora)	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante	
			2025	2024
Eixo SP Concessionária de Rodovias *	Compartilhamento de despesas		-	(6)
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.*	Compartilhamento de despesas		-	(9)
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas		20	-
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas		-	17
Total			20	2

Debêntures a pagar:

Parte relacionada consolidado	Transação (a)	Relação	Ativo Não Circulante	
			31/12/2025	31/12/2024
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Aquisição de debêntures	Controladora	1.051.486	-
Total			1.051.486	-

Contas a pagar:

Parte relacionada consolidado	Transação (a)	Relação	Passivo Circulante	
			2025	2024
Eixo SP Concessionária de Rodovias*	Compartilhamento de despesas		58	46
VINCI Highways do Brasil S. A (a)	Serviços técnicos e de gestão	Acionista indireta	5.788	9.780
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC (a)	Serviços técnicos e de gestão	Acionista indireta	5.076	7.752
Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.*	Redução de capital		280.000	280.000
Concessionária Auto Raposo Tavares*	Compartilhamento de despesas		-	(16)
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas		611	34
Total			291.533	297.596

Debêntures:

Partes relacionadas – Acionista indireta	Passivo não circulante	
	2025	2024
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC - (nota 15)	917.134	-
FCT Invest Infra International – Compaerment Vinci Highways- (nota explicativa nº15)	1.120.942	-
Pátria III – Fundo de Investimento em Participações – (nota 15) *	-	809.278
Vinci Highways do Brasil - Participações S.A - (nota 15)	-	989.117
Total	2.038.076	1.798.395

Resultado consolidado:

	2025	2024
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A (b) *	-	(9)
Eixo SP Concessionária de Rodovias (b) *	(294)	107
Eixo SP Concessionária de Rodovias (b) *	108	(58)
Concessionária Auto Raposo Tavares (b) *	-	1
Concessionária Auto Raposo Tavares (b) *	-	(7)
Vinci Highway do Brasil - Participações S.A (c)	-	(114.522)
Pátria III – Fundo de Investimento em Participações – (nota 15) *	-	(93.700)
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC - (nota 15)	(107.856)	-
FCT Invest Infra Inter – Compaerment Vinci Highways- (nota explicativa nº15)	(131.825)	-
IBH I Serviços e Participações (b) *	(8.235)	6.874
IBH I Serviços e Participações (b) *	2.569	(1)
Total	<u>(245.533)</u>	<u>(201.315)</u>

- (*) Apresentados nesta nota explicativa pois permaneceram como partes relacionadas até o dia 20/10/2025.
- (a) Despesa com a prestação de serviços técnicos, de gestão e licenciamento de marca registrada fornecidos por entidades integrantes do mesmo grupo econômico do Grupo.
- (b) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (c) As debêntures conversíveis em ações foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”), nas condições especificadas na nota explicativa nº 15.
- (d) Em 10 de maio de 2023, mediante fato relevante, foi comunicado o fechamento da operação do Contrato de Compra e Venda, por meio do qual os Controladores Indiretos alienaram à Vinci ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”), descrita na nota explicativa nº 15.

Em 20 de outubro de 2025, por meio de fato relevante, a Companhia comunicou o fechamento da operação decorrente do Contrato de Compra e Venda celebrado entre o Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia .A referida operação contemplou a alienação de 45% (quarenta e cinco por cento) das ações ordinárias de emissão da Entrevias, detidas pelos Acionistas Minoritários Indiretos, em favor do GIC.

17 Provisões para manutenção

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Constituição da provisão para manutenção	233.592	305.830
Ajuste a valor presente	<u>(49.392)</u>	<u>(50.535)</u>
Total	<u>184.200</u>	<u>255.295</u>
Circulante	95.012	37.677
Não circulante	89.188	217.618

Descrição	Saldo em 31 de dezembro 2024	Adição	Consumo	Saldo em 31 de dezembro 2025
Provisão para manutenção	305.830	15.448	(87.686)	233.592
Ajuste a valor presente	(50.535)	(1.568)	2.711	(49.392)
Total	255.295	13.880	(84.975)	184.200

Descrição	Saldo em 1 de janeiro de 2024	Adição	Consumo	Saldo em 31 de dezembro 2024
Provisão para manutenção	314.676	28.870	(37.716)	305.830
Ajuste a valor presente	(47.974)	(2.561)		(50.535)
Total	266.702	26.309	(37.716)	255.295

A provisão constituída no passivo não circulante, até 31 de dezembro de 2025, representa o saldo que será investido em conservação especial entre janeiro de 2027 e dezembro de 2028, conforme “aging” de gastos descrito abaixo:

	Saldo
De janeiro de 2027 a dezembro de 2027	65.279
De janeiro de 2028 a dezembro de 2028	23.909
Total	89.188

18 Passivo de arrendamento

a. Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	5.597	4.217
Adições	17.326	6.012
Remensuração	-	(1.650)
Juros provisionados	1.005	349
Pagamento de juros	(1.005)	(349)
Pagamento de principal	(5.124)	(2.982)
Total	17.799	5.597
Circulante	8.288	1.064
Não circulante	9.511	4.533

Para os contratos reconhecidos no ano de 2025, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, o Grupo obteve uma taxa média ponderada de 6,09% a.a..

19 Provisão para riscos processuais – consolidado

a. Provável

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui processos de natureza cível e trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	2025	2024
Provisão para contingência - ação cível	16.330	14.878
Provisão para contingência - ação tributária	-	288
Provisão para contingência - ação trabalhista	2.034	4.040
Provisão para contingência - ação regulatória (*)	41.154	45.253
Total	59.518	64.459

(*) Notificações emitidas pela ARTESP resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da concessionária. A variação nos saldos decorre da atualização monetária e evolução das causas na esfera administrativa.

Movimentação dos riscos prováveis

	2024	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	2025
Cível	14.878	3.480	(1.880)	(2.771)	2.623	16.330
Tributária	288	-	(288)	-	-	-
Trabalhista	4.040	264	(2.060)	(283)	73	2.034
Regulatória	45.253	13.501	(3.868)	(23.733)	10.001	41.154
Total	64.459	17.245	(8.096)	(26.787)	12.697	59.518

b. Possível

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui processos de natureza cível e ações de natureza regulatória classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

	Consolidado	
	2025	2024
Causas possíveis - ação cível	59.818	7.117
Causas possíveis - ação trabalhista	7.728	4.745
Causas possíveis - ação regulatória	97.091	90.779
Total	164.204	102.641

Ademais, o Grupo não possui causas de natureza tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 10 de maio de 2023, o capital da Companhia foi totalmente subscrito e integralizado mediante a transferência de 100% das ações de emissão da Infraestrutura, Investimentos e Participações S.A., por ambas as acionistas, Pátria III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Com a cessão do controle passou a ser realizado em conjunto pelas duas acionistas, a Companhia passou a ser detentora de 100% das ações da subsidiária Infraestrutura, Investimentos e Participações S.A..

A partir de laudo de avaliação a valor justo da Infraestrutura, Investimentos e Participações S.A., para fins de aumento do capital social do Grupo, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de maio de 2023, a emissão de 1.408.084 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de um real. Assim, o capital social passou a ser de R\$1.408.084 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.408.084 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$1.408.084, representado por 1.408.084 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal (em 31 dezembro de 2023 é de R\$0,4, compostos por 0,4 ações ordinárias e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas).

Em 29 de maio de 2025, foi aprovada a redução do capital social subscrito da Companhia no montante de R\$1.000.000 (um bilhão de reais). Em decorrência dessa deliberação, o capital social passará de R\$1.408.084 para R\$408.084, passando a ser representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Vinci Highways do Brasil - Participações S. A	224.446	55%
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC	150.991	37%
Entrevias Coinvest FIP Multiestratégia	32.647	8%
Total	408.084	100

b. Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

c. Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após destinações estatutárias e legais conforme proposta da Administração.

d. Dividendos

Em cada exercício social os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

21 Receitas

Estão representadas por

	Consolidado	
	2025	2024
Receita com arrecadação de pedágio	869.119	804.687
Receita acessória	2.400	2.783
Receitas com construção (a)	983.551	211.564
Outras	30	-
Receita bruta	1.855.100	1.019.034
Deduções de receita	(75.439)	(69.947)
Receita líquida	1.779.661	949.087

- (a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. Foi reconhecida a construção de acordo com ICPC 01.

	Consolidado	
	2025	2024
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	871.519	807.470
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(26.171)	(24.252)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(5.670)	(5.257)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	(43.598)	(40.426)
Deduções da receita	(75.439)	(69.947)

22 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2025	2025	2024
Custo de construção de obra (*)	-	-	(983.551)	(211.564)
Provisão para manutenção	-	-	(13.880)	(25.532)
Depreciações e amortizações	(85.262)	(85.262)	(217.864)	(200.344)
Pessoal	-	-	(53.687)	(53.114)
Serviços de terceiros (**)	-	-	(72.740)	(72.105)
Poder concedente	-	-	(26.033)	(24.036)
Conservação e manutenção	-	-	(22.689)	(25.899)
Provisão para contingências	-	-	(19.108)	(29.554)
Locações de imóveis e máquinas	-	-	(6.752)	(3.600)
Seguros	-	-	(3.647)	(3.827)
Outras despesas operacionais	-	-	(11.524)	(14.140)
Total	(85.262)	(85.262)	(1.431.475)	(663.715)
Custo dos serviços prestados	-	-	(1.289.935)	(583.343)
Despesas administrativas	(85.262)	(85.262)	(141.674)	(74.908)
Outras despesas	-	-	(2.486)	(2.945)
Outras receitas	-	-	2.620	481
Total	(85.262)	(85.262)	(1.431.475)	(663.715)

- (*) Considera adições, baixas e transferências dos itens de Intangível em Rodovias (i) e Intangível em Andamento (iv) da NE 10.
- (**) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

23 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2025	2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	75.831	47.710
Juros com partes relacionadas	51.486	-
Variação monetária sobre créditos fiscais	433	171
Outros	522	220
Total	128.272	48.101
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre debêntures 1ª emissão	(239.681)	(219.731)
Juros e variação monetária sobre debêntures 2ª emissão	(159.195)	(159.086)
Juros e variação monetária sobre debêntures 2ª emissão	(58.382)	-
Amortização de custos com emissão de debêntures	(17.723)	(7.062)
Juros de arrendamento	(1.006)	(350)
AVP - Provisão de Manutenção	(2.711)	(776)
Outras	(21.240)	(3.850)
Total	(499.938)	(390.855)
Resultado financeiro, líquido	(371.666)	(342.754)

a. Prejuízo básico/diluído por ação

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico/diluído por ação são os seguintes:

	Consolidado	
	2025	2024
Prejuízo atribuível aos proprietários do Grupo e utilizado na apuração do prejuízo básico/diluído por ação	(65.111)	(42.441)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico/diluído por ação	408.084	1.408.084
Prejuízo básico/diluído por ação das operações continuadas	(0,19)	(0,03)

24 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições

econômicas. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

a. Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2025 o Grupo não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b. Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados a variação de índices de inflação, esse risco é administrado pelo Grupo por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

		2025	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	528.123	-
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	69.964	-
Contas a receber	Custo amortizado	62.253	-
Outros ativos	Custo amortizado	7.043	-
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	130.586	-
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	4.832.810	-
Debêntures a pagar	Custo amortizado	1.051.486	-
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	17.799	-
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	291.533	-
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	2.359	-
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	1.854	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	11.533	-

		2024	Nível
Ativos			
Caixa e Equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	411.869	-
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	40.304	-
Contas a receber	Custo amortizado	55.261	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	2	-
Outros ativos			
	Custo amortizado	5.744	-
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	50.808	-
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	3.045.615	-
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	5.597	-
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	1.892	-
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	297.596	-
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	190	-

- **Debêntures:** classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2025, conforme quadro a seguir:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pelo Grupo.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, o Grupo estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

c. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Grupo fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias o Grupo interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo no consolidado apresenta valores a receber de R\$62.253 (R\$53.758 em 31 de dezembro de 2024), sendo 98% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração do Grupo caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, o Grupo tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pelo Grupo por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Saldo contábil	Fluxo contratual	31/12/2025	2026	2027 em diante
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	2.038.076	6.405.034	-	-	6.405.034
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	1.334.602	2.073.640	-	162.072	1.911.568
3ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	1.698.454	4.219.921	-	-	4.219.921
Fornecedores		130.582	130.582	130.582	-	-
Passivo de arrendamento		17.799	17.799	8.288	9.511	-
Credor pela concessão		2.359	2.359	2.359	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		11.533	11.533	11.533	-	-
Outras contas a pagar		1.854	1.854	1.854	-	-
Total		<u>5.235.258</u>	<u>12.862.722</u>	<u>154.616</u>	<u>171.583</u>	<u>12.536.523</u>

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Saldo contábil	Fluxo contratual	31/12/2024	2025	2026 em diante
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	1.798.395	3.340.992	-	-	3.340.992
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	1.281.916	2.165.042	-	678	2.164.364
Fornecedores		53.037	53.037	53.037	-	-
Passivo de arrendamento		1.064	5.597	1.064	4.533	-
Credor pela concessão		1.892	1.892	1.892	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		15.367	15.367	15.367	-	-
Outras contas a pagar		191	191	191	-	-
Total		3.151.862	5.582.118	71.551	5.211	5.505.356

(*) Projeção do IPCA baseada no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

e. *Análise de sensibilidade*

O Grupo apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, o Grupo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para o Grupo.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para o Grupo e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável 31.12.2025
DI Ativo (% ao ano)	15%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,32%
Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável 31.12.2024
DI Ativo (% ao ano)	15%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,00%

Os indicadores utilizados para 2025 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 2025.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, corresponde a projeção considerada mais provável das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é apresentada nas tabelas abaixo:

	Exposição em 31/12/2025	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	528.123	CDI	15%	79.218
Aplicações financeiras vinculadas	69.964	CDI	15%	10.495
Debêntures (*)	(5.082.641)	IPCA	4,32%	(219.570)
Total	(4.484.715)			(129.881)

(*) O valor da 1ª emissão de debêntures, está sendo apresentado sem o saldo redutor de prêmio de opção debêntures e inclui os custos de transação a amortizar.

	Exposição em 31/12/2024	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	411.731	CDI	15%	61.760
Aplicações financeiras vinculadas	40.304	CDI	15%	6.045
Debêntures (*)	(3.091.820)	IPCA	4,83%	(154.591)
Total	(2.639.785)			(86.786)

25 Seguros e garantias

A Grupo tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratarem e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Grupo está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$ n	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2026
Responsabilidade civil obras	40.000	Até maio de 2026
Riscos nomeados e operacionais	210.00	Até julho de 2026
Veículos – frota	13.333	Até julho de 2026
D&O	53.000	Até agosto de 2026
Risco de engenharia	1.171.281	Até julho de 2026
Seguro garantia	537.142	Até junho de 2027
Fiança Locatícia	397	Até dezembro de 2029
Seguro Garantia Judicial	161.036	Até julho de 2030
Seguro Patrimonial - Sede	13.000	Até junho de 2027
Seguro Patrimonial – Galpões	21.500	Até dezembro de 2025

26 Informações por segmento de negócio

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27 Transações que não afetam o caixa

	2025	2024
3feito não caixa intangível	942.302	290.776
Direito de uso - IFRS 16 / CPC 06	(17.325)	(6.012)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	<u>(40.612)</u>	<u>(26.168)</u>
	<u>884.365</u>	<u>258.596</u>

* * *

Pablo Gustavo Pascutinni
Presidente

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Letícia de Carvalho Barbosa
Contadora CRC SP – 320110/O-1